



LIBERA...

INFORMATIVO DO CÍRCULO DE ESTUDOS LIBERTÁRIOS IDEAL PERES - CELIP/RJ
CAIXA POSTAL 14576 - CEP 22412-970 - RIO DE JANEIRO - RJ - BRASIL
PARTICIPAÇÃO DO CENTRO DE CULTURA SOCIAL/SP - C.P. 2066 - CEP 01060-970 - SP/SP E DA
ASSOC. EM PROL DO PENSAMENTO LIBERTÁRIO - CP 053 - CEP 40001-970 - SALVADOR/BA

OS FILHOTES DO PODER

Madrugada de domingo, 20 de abril, capital federal. Cinco jovens “bem-nascidos” da sociedade brasiliense decidem, em uma mesa de lanchonete, qual o programa ideal para concluir a noite. Naquele clima de tédio, alguém sugere: “Ah! Vamos tacar fogo em um mendigo!”. E lá se foram eles em busca da vítima, que logo encontram dormindo em um ponto de ônibus. Compram dois litros de álcool em um posto de gasolina, voltam ao local e, lentamente, despejam o líquido sobre o corpo inerte. Todos, excitados, acendem fósforos e os soltam...

Totalmente envolto em chamas, desorientado pelo susto e pela dor, o índio pataxó Galdino Jesus dos Santos grita, corre, se debate e queima. Socorrido por alguns motoristas que lá passavam, é levado ao hospital onde morreria 24 horas depois.

Os cinco jovens foram presos rapidamente e, perante o delegado, um deles declarou: “Nós não sabíamos que era um índio” (!!!). Cruel ironia, Galdino veio a Brasília para as mobilizações do Dia do Índio (19/04) e foi enterrado no dia 22 de abril, exatamente 497 anos após os portugueses desembarcarem no litoral da Bahia, onde encontraram justamente seus antepassados pataxós.

Depois da tragédia, mais essa faceta do extermínio sistemático das populações marginalizadas no Brasil veio à tona. Segundo pesquisa realizada pelo Hospital Regional da Asa Norte, de Brasília, o atentado a fogo contra Galdino foi o 29º nos últimos 10 anos. Poucas semanas depois da morte do índio, era queimado nas ruas de Brasília o desempregado Alan Araújo, que não morreu, tampouco recebeu visita de representantes dos governos federal ou distrital.

Mas a história dos crimes bárbaros cometidos pelos “filhotes do poder” no Distrito Federal é mais antiga. Em 1973, em plena ditadura militar, a menina Ana Lúcia Braga de sete anos, foi estuprada e morta. Entre os acusados, Alfredo Buzaid Jr., filho do então ministro da justiça, e um garotão de cabelos longos, filho de um senador, chamado Fernando Collor

de Mello. Ninguém foi punido. Recentemente, Fabrício Klein, filho do ex-ministro dos Transportes, atropelou e matou um pedreiro, fugindo em seguida. Mas esse “filhote” recebeu da justiça uma pena “duríssima”: doar todo mês uma cesta básica a uma instituição de caridade.

Os cinco “filhotes” que mataram o índio Galdino talvez sejam condenados a longas penas, devido à grande repercussão nacional e internacional de seu crime. Certamente, se a vítima fosse um mendigo, nada lhes aconteceria. Não que os índios no Brasil sejam privilegiados, muito pelo contrário. Estes foram os primeiros marginalizados brasileiros, vítimas de um massacre que se estende por quase cinco séculos, e que deve entrar pelo século XXI até o desaparecimento completo dos povos e das culturas indígenas.

Crimes como esse, que temos denunciado constantemente em nossas páginas, demonstram que, cada vez mais, uma grande parcela das elites brasileiras não toleram a convivência com os marginalizados sociais, e agem de forma brutal para receber esse “problema”. Com o assassinato de Galdino, talvez tenham sido interrompidas cinco brilhantes vocações para carreiras políticas, para as Forças Armadas ou o oficialato da PM. Mas muitos outros “filhotes do poder” estão aí, em qualquer lugar do Brasil, sendo “preparados” para se tornarem as futuras elites políticas e econômicas do país.

E é esse o futuro que queremos? Certamente que não! O movimento anarquista, constituído predominantemente por jovens, deve, cotidianamente, organizar-se para a luta contra esse sistema perverso que gera hoje, apenas uma amostra do que ele nos reserva para os próximos anos e décadas. A fascistação do aparato de poder e da sociedade brasileira é notória e, cabe também a nós, impedir que esta se consume e consolide. Temos que, com nosso exemplo de luta, de ética e de comportamento, suscitar na imensa parcela de jovens amortecidos e impotentes, a iniciativa pela construção de uma nova sociedade de justiça, liberdade e respeito à vida.

“Criar o que não existe ainda deve ser a pretensão de todo sujeito que está vivo.”

Paulo Freire

CRISTÃOS E ANARQUISTAS!

Nós, militantes Anarquistas Cristãos do Rio de Janeiro, nos vemos diante da responsabilidade de esclarecer algumas informações (ou antes, deformações) publicadas no *Libera...* nº 69, de fevereiro/97. Referimo-nos a uma nota, assinada, que por conter várias generalizações equivocadas e inverídicas, por si só antilibertárias, podem gerar vários mal-entendidos, prejudicando não só o momento de fértil reestruturação que estamos vivendo, mas também o trabalho de divulgação das propostas Anarquistas nos Movimentos Sociais que nos são próximos.

Vemos o *Libera...* como um veículo de divulgação do Anarquismo em suas várias expressões. Há vários anos fazemos uma distribuição dirigida (a pessoas que demonstrem um mínimo de interesse por nossas idéias) do *Libera...* em todos os locais aos quais temos acesso. Esta tarefa, livremente assumida, embora pequena e muito aquém do que gostaríamos de fazer, limitada ainda pela dificuldade de uma participação mais efetiva devido a um acúmulo de atividade, demonstra o quanto nos identificamos e confiamos no boletim do CELIP, embora nem sempre concordemos com todas as opiniões expressas. O que, aliás, é natural num veículo e num Movimento libertários.

A diversidade de opiniões e pontos de vista é saudável e desejável, se mantidas numa atmosfera de respeito mútuo e, principalmente, de respeito à diferença, à liberdade de cada pessoa crer de acordo com a sua consciência. Porque, se somos Anarquistas, se somos Libertários, precisamos ser necessariamente um pouco mais que democratas. Mas nunca, em hipótese alguma, *menos*. Porque assim estaríamos abdicando, na prática, do Anarquismo.

Nós, Anarquistas Cristãos, entendemos que o Anarquismo é, antes de mais nada, uma *ideologia política de transformação social*. Toda e qualquer outra consideração filosófica, individual ou coletiva, precisa ser vista por este prisma. O Anarquismo não é uma divagação vazia de desocupados, ao qual se agrega o que qualquer um quiser. O Anarquismo não se presta a devaneios e querelas “filosóficas” e muito menos a definições absolutas. O Anarquismo é sim uma ideologia política bastante clara e bem definida por elaborações, práticas e princípios que, longe de serem absolutos, estão em permanente renovação. O que nos proporcionou este conteúdo ideológico tão sólido foi a contribuição criativa de cada companheiro e companheira - “grandes” ou “pequenos”, célebres ou anônimos - que nos precederam na luta. Os rumos que esta luta terá serão definidos pelo que faremos com este corpo ideológico vivo que recebemos e assumimos voluntariamente.

O Anarquismo é uma ideologia social. A sua legitimidade é para ser provada na vida prática do povo em luta. Há muito tempo o Anarquismo fez a sua opção de classe: nasceu entre os trabalhadores, na luta pela libertação do jugo do capital, e esta luta justifica a sua imprescindível existência.

Assinatura semestral de apoio (R\$ 7,00); pacote de 10
Liberas (R\$ 3,00);

solicite a nova tabela de publicações à venda.

Depósitos: Bradesco - Ag. 0026-4 - c/c: 240.765-5 - a/c

Renato Ramos. Envie comprovante de depósito para o
CELIP. (Aceitamos selos, dinheiro ou cheque nominal.)

Tiragem: 2:000 exemplares.

Os textos assinados não necessariamente refletem a opinião
do Coletivo Editorial do CELIP.

O princípio basilar do Anarquismo é a Liberdade: a Liberdade que pode advir de uma Revolução Social feita por trabalhadores. Mas também a Liberdade de cada pessoa buscar a sua própria verdade, e o direito de crer porque provou a sua verdade em si mesmo.

O que nós, Anarquista Cristãos, não podemos de maneira alguma admitir (e pensamos que nenhum anarquista sincero o possa) são definições dogmáticas e autoritárias de “anarquismo” que, além do mais, excluem, ou tentam excluir militantes politicamente provados em vários anos de estrada. Que por não se enquadrarem em tais definições autoritárias de “anarquismo” ateuista, não seriam, portanto, anarquistas.

O Anarquismo não é propriedade de alguns “iluminados” que decidem quem é ou não é anarquista. A prática nos mostra que a estes geralmente falta um embasamento ideológico mínimo até para definir o que é e o que propõe o Anarquismo.

E nada nem ninguém, nem preconceito nem “dogma”, pode querer impedir que o Anarquismo encontre as pessoas que buscam a Liberdade na luta cotidiana, na vida. Nenhum visões estreita e fanática de ateísmo pode ser um obstáculo para que *qualquer* pessoa sinceramente interessada, descubra-se *anarquista*.

Quanto a nós estamos tranquilos, porque a nossa prática e o nosso trabalho respondem por si. E também porque não somos os primeiros a afirmarem-se Cristãos e Anarquistas *convictos e coerentes*. Não somos nem os primeiros, nem os melhores. Poderíamos citar uma lista razoável e dar exemplos de como esta questão já foi tratada, inclusive por ateístas ou descrentes, de forma lúcida e construtiva. Mas achamos que não cabe aqui, neste Manifesto.

É preciso dizer que não buscamos polêmicas. Buscamos sim um diálogo leal com qualquer pessoa ou grupos interessados em discutir e aprofundar estes assuntos. Mas a polêmica estéril e rancorosa, que divide e imobiliza, evitamos com a segurança e a firmeza de que, assim como nunca intentamos convencer ninguém a pensar como nós, da mesma forma esperamos ser tratados.

Porém, se ainda assim o “espírito de polêmica” quiser arreganhar seus dentes, propomos que a coisa seja tratada da seguinte forma: ao invés de querelas intermináveis que nada acrescentam (não havendo respeito mútuo), que cada uma das partes prove a sua verdade na arena da vida concreta, na luta dos trabalhadores, dos estudantes, dos desempregados, nos Movimentos Sociais. Porque é aí que queremos, todos, ver o Anarquismo atuando e fermentando.

Nós, Anarquistas Cristãos, publicamos este Manifesto visando esclarecer todas estas questões, por entendermos que nos afetam diretamente e também ao trabalho que desenvolvemos junto aos Movimentos Sociais. E por acharmos que já era hora de fazer ouvir nossa voz. Esperamos que haja outras vozes e que elas expressem estes sentimentos melhor do que nós. Mas estamos convictos de que, mesmo que só houvesse uma única voz, ela mereceria ser escutada, pelos menos entre os anarquistas.

A) *ANARQUISTAS CRISTÃOS do Rio de Janeiro*
Fevereiro, 1997.

NOTA: Qualquer contato com os/as autores/as desta matéria, escrever para a Caixa Postal 126049, CEP 24240-970, Niterói/RJ.

AS NOVAS CADEIAS DE PROMETEU: ANARQUISMO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA.

Introdução

A relação do pensamento anarquista com a ciência e a tecnologia é um tema altamente instigante e de uma importância política fundamental, num momento como o que estamos vivendo, onde as bases da produção capitalista já não podem expandir-se tão livremente como outrora, limitados que estão, por um lado, pelas consequências ecológicas da poluição e da catastrófica produção de lixo característicos das SOCIEDADES DE CONSUMO e por outro lado pela contínua e cada vez mais rápida OBSOLESCÊNCIA das técnicas de produção em voga causada pelos maciços investimentos em PESQUISA E DESENVOLVIMENTO, que as corporações multinacionais utilizam como fatores estratégicos na luta por melhores posições dentro de um “mercado” mundial cada vez mais restrito e oligopolizado.

O pensamento capitalista e certas vertentes do pensamento marxista clássico sempre viram na tecnologia e na “racionalidade” produtiva da grande indústria um fator positivo para a Humanidade em geral, ou seja, os seus benefícios, embora concentrados em determinadas camadas sociais, e apesar de causarem alguns problemas, acabariam por se difundir por toda a sociedade, aumentando assim o conforto e o bem-estar globais. A história econômica dos últimos cem anos vem mostrar-nos que as coisas não são tão simples.

A recente crise ecológica, hoje já não negada por ninguém, e o impacto da informatização nos processos industriais fazendo reavivar em escala global o fantasma do desemprego e da superprodução que pareciam ter sido definitivamente exorcizados pela engenharia econômica keynesiana desde o fim da Segunda Guerra Mundial reavivaram o interesse pelos estudos históricos e sociológicos das repercussões humanas da Ciência e da Tecnologia.

Todos acompanhamos, nos anos 60 e 70, o desabrochar das lutas antinucleares, ecológicas e antiinstitucionais, das críticas à falta e ao descontrolo social das aplicações das tecnologias. Parecia, num primeiro momento, que se tinha atingido um ponto nevrálgico do sistema capitalista, mas como sempre após um breve momento de confusão vêmo-lo reagir às críticas lançadas tentando incorporar estas lutas a um reformismo que, ao ceder os anéis, tenta preservar os dedos da ordem e desde meados da década de 80 com o problema da destruição da camada de ozônio e dos acidentes nucleares de grandes proporções, ninguém mais alimenta ilusões paradisíacas sobre o desenvolvimento tecnológico. Os próprios meios de comunicação começam a invocar um discurso “ecológico” e “preservacionista” que obscurece ainda mais os termos do problema e permite que as grandes empresas e o Estado lancem o seu “marketing” em defesa da vida, encobrindo assim a real extensão da sua atividade destrutiva.

A esta situação de fato, restam poucas alternativas a um pensamento de esquerda na área, a maior parte dos grupos parte para uma posição folclórica de “defesa da vida natural”, sem ter claro o que significa esta pretensa “natureza”, ou tenta através da luta parlamentar e institucional (vide por exemplo Partidos Verdes) onde movimentos reformistas resolvem alguns problemas mais gritantes.

Na verdade a questão é mais profunda e aponta, como sempre, para a questão do “controlo”. A Ciência moderna constituiu com o seu desenvolvimento um objetivo de imenso poder social - “o conhecimento técnico” puro ou aplicado - mas, infelizmente, pouco contribuiu para o desenvolvimento ético da sociedade humana, recipiente e meta final do exercício deste poder. Assim, o exercício deste poder científico, numa “era” que propaga defender falsamente o liberalismo e a democracia, é consumadamente despótico, pois controlado por uma minoria de capitalistas, burocratas e intelectuais e em momento algum é submetido ao controlo, ou nem mesmo explica-se às enormes massas humanas

sobre as quais desaba misteriosamente, interferindo em suas vidas, alterando o seu cotidiano, matando ou deixando viver.

É neste quadro que uma crítica libertária à Ciência e à Tecnologia precisa atuar. Contrários a todo e qualquer monopólio de poder, os anarquistas não podem deixar impune a Ciência, apesar de toda aura reverencial que seu nome ainda invoca no ser humano comum. Cumpre fazê-la descer do seu pedestal e dialogar franca e honestamente com o Homem, o seu criador, esta “última forma de religião” deve ser também criticada para se fugir ao seu fascínio brutal e para que se possa enfim decidir sobre a repartição de seus frutos e sobre o seu cultivo coletivamente. A tal propósito, como contribuição modesta estão dedicadas estas linhas.

Precisando os termos

É necessário, antes de prosseguir, definir um pouco os termos do problema. A relação do Anarquismo com a Ciência sempre foi uma relação rica, contraditória, dialética. Defensores da Ciência contra a Metafísica e a Teologia, pioneiros da luta pela divulgação científica e Instrução Integral, os anarquistas nunca deixaram de ressaltar as suas perturbadoras consequências sociais: Proudhon e Bakunin nunca deixaram de chamar a atenção para o perigo de uma “ditadura de sábios” principalmente, preocuparam-se muito com a invasão tecnológica do ambiente industrial que tinha por consequência um afastamento cada vez maior entre saber operário e técnica de produção, dificultando assim o controlo autogestionário da mesma. Na sua “CARTAS SOBRE A EDUCAÇÃO INTEGRAL” vemos claramente um diagnóstico agudo das consequências deste fato e uma proposta prática de sua superação. Kropotkin apesar de manifestar às vezes uma fé ingênua no progresso científico, influenciado que foi pela reação anti-hegeliana capitaneada por Spencer, não deixou, por outro lado, de intervir favoravelmente ao controlo social da tecnologia, conforme podemos ver em “CAMPOS, FÁBRICAS E OFICINAS”.

Mas antes de prosseguir detenhamo-nos nas questões: “o que é pensamento científico?” “o que é Tecnologia?” Estas são indagações importantes que merecem toda a nossa atenção.

Durante o século XIX forjou-se um preconceito de que a ciência e a tecnologia são conquistas recentes na História da Humanidade e apanágio da sociedade burguesa ocidental que se desenvolveram a partir do Renascimento apenas, tendo atingido sua maturidade apenas durante a Revolução Industrial a finais do século XVIII. Este preconceito ainda faz escola em muitas versões vulgares da História da Ciência e é ainda fator da filosofia positivista de mais longa vida. Embora em outros campos a filosofia positivista já tenha sido criticada e superada em suas concepções, no terreno epistemológico alguns de seus julgamentos preconcebidos ainda continuam fazendo fortuna, talvez porque a idéia de uma crítica à história do desenvolvimento da ciência ainda esteja associada, em muitas mentes à junção de pontos de vistas irracionais de metafísicos que tanto trabalho deram a ser superados.

Os estudos históricos mais modernos, entretanto, nos mostram as raízes bem mais antigas para o pensamento científico e tecnológico. Os próprios termos CIÊNCIA E TÉCNICA nós os herdamos da Antiguidade Clássica dos gregos e dos latinos - embora isto não queira dizer que eles pensavam tais questões exatamente da mesma maneira como nós as pensamos. Agora, ao estudar o pensamento técnico-científico dos gregos, por exemplo, veremos que seus melhores autores atribuem a origem dos seus conhecimentos aos Egípcios e aos Caldeus, atribuições estas longamente contestadas por intelectuais europeus mas que foram brilhantemente confirmadas pelas modernas descobertas arqueológicas.

José Carlos Morel
Centro de Cultura Social de São Paulo

FEDERAÇÃO ANARQUISTA IBÉRICA (FAI): 70 ANOS

Corria o ano de 1927. Espanha suportava os estertores da ditadura de Primo de Rivera, enquanto Portugal começava a sentir os efeitos da ditadura de Salazar. Muitos anarquistas, antecipando-se às grandes transformações que estavam por vir, sentiram a necessidade de criar uma organização que coordenasse eficazmente a imensa e multiforme atuação que os grupos de afinidade vinham realizando em todas as frentes de luta, inclusive a sindical. Esta necessidade havia sido assinalada em âmbito internacional, no ano anterior, pelos libertários ucranianos do grupo *Dielo Truda* (Causa Operária), entre os quais Makhno e Archinov, na chamada Plataforma Organizacional, que propunha uma União Geral dos Anarquistas.

Conseqüentemente, foi decidido realizar uma Conferência, cuja sessão inaugural ocorreu, em Valência, no dia 25 de julho de 1927, na ilegalidade. Lançada a convocatória por toda a península ibérica e na França (para reunir os anarquistas de língua espanhola naquele país), a primeira dificuldade que tiveram de enfrentar os organizadores da Conferência foi a passagem clandestina da delegação portuguesa para a Espanha. Segundo Gómez Casas, em *Historia de la FAI*, a delegação portuguesa entrou pela fronteira de Huelva e estava composta por três militantes, entre os quais se encontrava o escritor e jornalista de *A Batalha*, Quental, que "falava devagar e intercalava palavras espanholas, tentando fazer-se entender". Um representante do Comitê Nacional de Grupos Anarquistas (FNGA da Espanha) saudou "os camaradas lusitanos e de Viena, que morreram combatendo pela liberdade, os camaradas Sacco e Vanzetti e demais condenados e presos no mundo inteiro".

A questão da Federação Ibérica foi encaminhada na terceira sessão da Conferência, antecipadamente, porque os representantes portugueses tinham de retornar ao seu país. Registrou-se em ata: "Houve acordo em declarar constituída a Federação Anarquista Ibérica (FAI), composta pela União Anarquista Portuguesa, a Federação Nacional de Grupos Anarquistas de Espanha e a Federação de Grupos Anarquistas de língua espanhola na França; que não é proveitoso criar um novo Comitê, e que uma das três atuais organizações assuma temporariamente a representação da FAI; que o cargo do Comitê Peninsular se translade periodicamente de um ponto a outro, entre Portugal, França e Espanha; e que o Comitê da União Anarquista Portuguesa se encarregue do Comitê Peninsular com o auxílio e a informação dos Comitês Nacionais de França e Espanha."

A delegação portuguesa tomou a palavra para sugerir "que o primeiro secretariado deveria estabelecer-se onde havia mais regionais". Já que os delegados catalães haviam manifestado a necessidade de que escolha não recaísse na Catalunha, optou-se por Sevilha, que aceitou o desafio, "na condição de que fosse efetiva uma assistência por parte do secretário catalão que se retirava".

M. Genofonte

Livremente traduzido e adaptado,
pelo Coletivo de Tradutores do CELIP,
de LA CAMPANA, n.ºs 39 e 40, de 20 e 27 de janeiro de 1997.

PLURALIDADE E POTE COMUM

O pensamento libertário tem se nutrido de muitas contribuições, oriundas de diversas perspectivas culturais-antropológicas de mundo e, pela sua própria natureza, deve dialogar constantemente com as mesmas. A sociedade polifônica sempre foi um dos princípios mais denotadamente anarquistas, a busca da valorização do homem através de uma postura imanente do ser, esteve diversas vezes acoplada aos projetos de libertação individuais ou, por vezes, de classe enquanto sujeitos históricos.

A discussão de uma prática libertária coerente com seus próprios pressupostos, não existe sem as polêmicas inerentes à complexidade do tecido social que nos envolve e influencia. É a superabundância de energias que, por vezes, gera confrontos entre libertários e que se encaradas como pluralidades podem promover, através do debate, as relações de tolerância sem as quais estaríamos muito próximos do que combatemos. Para tanto, precisamos pensar a liberdade e o poder sob a perspectiva anarquista. E esta reflexão pode iniciar-se em qualquer ponto, até porque, a utopia não está em parte nenhuma para poder existir em todas as partes.

Segundo o filósofo Jean-Pierre Vernant, quando refere-se à democracia ocidental de matriz grega: "O 'Kratos' não pode ser controlado por um dos membros da cidade, senão instaura-se a tirania. E se situa no centro do espaço cívico, como uma espécie de 'pote comum', que se compartilha - mais uma vez à 'philia' - por meio do debate". Neste sentido, o debate é apresentado não como panacéia, mas como veículo que vai

conferir ao interlocutor todo o respeito e atenção devidas a um companheiro ou mesmo outro ser humano. O "Kratos" como "pote comum" é uma alegoria aqui emprestada às perspectivas de grupos ou sociedades preocupadas com a **democracia**, no sentido literal, e empenhadas em resolver as questões sociais.

O libertário que dedicou sua vida a não perder de vista a revolução, quando não observa estes princípios, acaba por mantê-la sob vigilância. E cioso de seu "dever", ou papel regulador, deixa de ser imediatamente o que ele mais defende. A revolução torna-se prisioneira dos "rigores da doutrina" - à luz das certezas de seus defensores - e refém de uma oligarquia. Neste contexto as palavras de Lima Barreto são sintéticas e oportunas: "Os protetores são os piores tiranos". Pensamentos são desejos. O perigoso nisso tudo é que, o que deve ser coletivo, o "Kratos" pode transformar-se em objeto de adoração e interpretação exclusiva de um grupo ou indivíduo escolhido (geralmente por auto-intitulação) e a transformação do saber em escrituras sagradas torna-se inevitável.

A revolução, que já nasceu bastarda - ou seja, sem pai - embora com diversos candidatos ao posto, é também fruto de concepções pluralistas e é preciso entendê-la como "pote comum", alertando a quem pretende apropriar-se do seu significado de forma dogmática, que este aproxima-se muito do perfil do tirano.

João Madeira
Manoel de Campos

ENDEREÇOS LIBERTÁRIOS: LETRALIVRE. CP 50083. CEP 20062-970. RIO DE JANEIRO/RJ * MUTIRÃO. CP 126049. CEP 24240-970. NITERÓI/RJ * CCS/SP. CP 2066. CEP 01060-970. SÃO PAULO/SP * ANA. CP 78. CEP 11525-970. CUBATÃO/SP * GRAVIDA. CP 3395. CEP 82001-970. CURITIBA/PR * MLPL. CP 146. CEP 40001-970. SALVADOR/BA * APPL. CP 053. CEP 40001-970. SALVADOR/BA * CCL/OSL. CP 1206. CEP 66017-970. BELÉM/PA * AÇÃO COLETIVA. CP 230. CEP 85851-970. FOZ DO IGUAÇU/PR * ULBS. CP 2137. CEP 11060-970. SANTOS/SP * AFIM. CP 2744. CEP 59022-970. NATAL/RN * COB. CP 7597. CEP 01064-970. SÃO PAULO/SP * UNI-LIVRE. CP 03668. CEP 70084-970. BRASÍLIA/DF * COL. LIBERTÁRIO. CP 1000. CEP 78005-970. CUIABÁ/MT * LUMPEM. CP 38018. CEP 22451-970. RIO DE JANEIRO/RJ * CCL/BH. CP 1293. CEP 30123-970. BELO HORIZONTE/MG * ULMA. CP 710. CEP 65001-970. SÃO LUÍS/MA * ESL. CP 408. CEP 13012-970. CAMPINAS/SP * UAF. CP 96809. CEP 28610-970. NOVA FRIBURGO/RJ * GLON. CP 1078. CEP 58001-970. JOÃO PESSOA/PB. * ULM. CP 920. CEP 87010-970. MARINGÁ/PR * FAG. CP 5036. CEP 90041-970. PORTO ALEGRE/RS. * GRA. CP 333. CEP 09701-970. SBC/SP. * MAPJULI. CP 188. CEP 93001-970. SÃO LEOPOLDO/RS



...AMORE MIO